

# 5

## PROTEJO E MULHERES DA PAZ: EXPERIÊNCIA DE AÇÃO PREVENTIVA NA SEGURANÇA PÚBLICA (\*)

Francisco Horácio da Silva Frota<sup>1</sup>; Maria Helena de Paula Frota<sup>2</sup>;  
Maria Andrea Luz da Silva<sup>3</sup>; Jose Arima Rocha<sup>4</sup> e Lúcia Maria Bertini<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo discute os projetos PROTEJO e Mulheres da Paz com suporte em dados da avaliação desenvolvida pelos autores para atender uma demanda do SENASP/ PNUD. O texto procura identificar a contribuição destes no combate à violência, com vistas à consolidação de um Território de Paz. O estudo analisou o desenvolvimento das ações dos referidos projetos e suas contribuições com suporte nas falas dos diversos atores envolvidos nas experiências. Os dados foram coletados em uma cidade que somente executou o PROTEJO, noutra que só teve o Mulheres da Paz e a última que teve as duas experiências. Os dados coletados na avaliação estão trazidos de forma sintética para subsidiar uma reflexão sobre os aspectos positivos e negativos de tal experiência, a importância da continuidade desta e a necessidade de correção de rumo como proposta de ação preventiva. Em síntese, mostra a possibilidade de uma política de prevenção na área da segurança, apontando como o Ministério da Justiça está no caminho certo.

**Palavras - chaves:** Segurança Pública. Prevenção. PROTEJO. Mulheres da Paz.

### ABSTRACT

*This article discusses the projects PROTEJO and Mulheres da Paz based on data obtained in an assessment conducted by the authors in order to meet a demand of SENASP/PNUD. The text aims to identify the contribution of these projects to combat violence with a view to consolidating a Territory for Peace. The study assessed the development of the actions of these projects and their contributions analyzing the discourses of the various actors involved in the experiments. The data were collected in three cities: one that only carried out PROTEJO; another that only carried out Mulheres da Paz; and a last one that carried out both experiences. The data collected in the assessment are presented in a synthetic way to subsidize a reflection on the positive and negative aspects of such experience, the importance of its continuity and the need for course correction as a proposal for preventive action. In summary, it shows the possibility of a prevention policy in the field of security by pointing out that the Ministry of Justice is on the right track.*

**keywords:** Public safety. Prevention. PROTEJO. Mulheres da Paz.

1 Francisco Horácio da Silva Frota – sociólogo, dr. em Sociologia e professor da Universidade Estadual do Ceara UECE;

2 Maria Helena de Paula Frota – assistente social, dra. em Sociologia e professora da UECE;

3 Maria Andrea Luz da Silva – socióloga, doutoranda em Democracia do Sec. XXI e pesquisadora da UECE;

4 Jose Arima Rocha Brito – advogado, mestre em Políticas Públicas e ex-coordenador da Gestão Integrada em Segurança Pública de Fortaleza;

5 Lucia Maria Bertini – psicóloga, mestranda em Políticas Públicas e consultora na área de Segurança Pública.

(\*) Participantes da Pesquisa: Francisco Horácio da Silva Frota (Coordenador), Maria Helena de Paula Frota, Maria Andrea Luz da Silva, Jose Arimá Rocha Brito, Lúcia Maria Bertini, Hayeska Costa Barroso, Vivian Matias dos Santos, Ana Carolina de Pula Frota, Gilda Maria Oliveira de Aquino.

# 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o estabelecimento de políticas públicas, Política Nacional de Segurança Pública e novas formas de combate à violência. Esse fenômeno se faz presente em todas as sociedades e das mais diversas formas. Com efeito, o estudo pretende comentar os resultados de um processo avaliativo do projeto Proteção dos Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO e Mulheres da Paz como uma das propostas de ação preventiva no combate à violência e com vistas à transformação de territórios e áreas conflagradas de municípios brasileiros em áreas pacificadas.

No caso brasileiro, a relação da violência, tanto com a desigualdade do País quanto com as suas dificuldades nas relações sociais cotidianas, obriga a se pensar no fenômeno histórico de sua formação. O contexto atual da sociedade e seus nexos na inserção de um mundo globalizado representam o ápice de um processo que começou com o descobrimento da América e a implantação do capitalismo colonial/moderno como um novo padrão de poder mundial. (FROTA, 2012, pg. 103). A sua virulência é de natureza estrutural e confere atualidade nos índices de criminalidade desafiadores de solução política e na especificidade do envolvimento e “vitimização” da juventude pobre do País.

A título de exemplo, podem ser citados dados alarmantes do Mapa da Violência de 2013:

- A taxa de homicídios da população total, que em 1996 – últimos dados desse primeiro mapa - era de 24,8 por 100mil habitantes, cresceu para 27,1 em 2011;
- A taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 por 100mil jovens foi para 53,4;
- A taxa total de mortes em acidentes de transporte que em 1996 era de 22,6 por 100mil habitantes cresceu para 23,2. A dos jovens, de 24,7 para 27,7;
- Também os suicídios passaram de 4,3 para 5,1 na população total e entre os jovens, de 4,9 para 5,1. (WAISELFIS, 2013, pg. 6)

A abordagem da temática no contexto das políticas públicas se faz com base no entendimento de que uma administração pública democrática deve considerar sua função de atender a sociedade como um todo, pautando suas ações pela incorporação de grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social.

As experiências desenvolvidas no campo da segurança pública possuem bases e formulações distintas. A redução dos índices criminais está sendo buscada no contexto da prevenção, especificamente redimensionando o papel dos municípios na segurança e associando a esse fenômeno a manutenção de programas de geração de renda, emprego, moradias, educação, cursos profissionalizantes, lazer, cultura e de outros tantos aspectos capazes de propiciar um clima social com menor grau de conflito.

Os comentários a respeito do processo avaliativo de dois projetos executados como parte de uma política geral de prevenção tomam por base a necessidade de aprimorar a constituição de uma política de Estado (União, Estados e Municípios) para segurança pública e superar o longo tempo no qual predominaram as políticas dissociadas da realidade ou sem política nenhuma.

## 2. SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO

A expressão segurança pública passou a ser tratada como ação de Estado e política pública, efetivamente, com o regime militar implantado com o golpe militar de 1964. Antes, a regra era entender as ações como sendo de natureza policial. Três momentos expressam diferentes concepções e ações de Estado no campo da segurança pública, o período do próprio regime castrense, que durou de 1964 a 1985, a fase da redemocratização, entre 1985 e 2000, e a quadra que abrange o final do governo Fernando Henrique Cardoso e o do Governo Lula, de 2000 a 2010.

Com o advento do regime militar, inicia-se a elaboração da política de segurança nacional (doutrina de segurança nacional). Esta vai permear toda a concepção de política de segurança do período de exceção e deixar resquícios para as gerações futuras, o que justifica, ainda hoje, oposições e resistências acadêmicas ao tema da segurança pública.

O autoritarismo, característico deste ciclo, conjugou-se com práticas clientelistas e patrimonialistas – que remontam à formação social e política nacional – na conformação de um sistema político de segurança claramente a serviço de determinadas classes sociais, com o aval da legalidade dada por parte do Estado. Tal situação perdurou mesmo depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 (SOUZA, 2011, pg. 1).

Após a ditadura militar, como se não bastasse toda uma ordem político-institucional e cultural geradora da exclusão e do afastamento de grandes parcelas da população dos direitos de cidadania, foi acentuado o esfacelamento de uma cultura democrática em elaboração, ao enfatizar o controle do Estado em relação às chamadas “classes perigosas”. Em boa medida, nos Governos Sarney, Collor e Itamar Franco, o conceito da “doutrina de segurança nacional” criado durante a ditadura continuou vigorando na estrutura dos sistemas estaduais e federal de segurança. Até bem pouco tempo, o modelo e as ações de segurança pública limitavam-se à contenção social, com amparo no preceito de que “lei e ordem” públicas derivariam no uso da força, das armas e das ações policiais pela exclusiva via da repressão. Em síntese, segurança como “coisa de polícia”. (SOUZA, 2011, pg. 1).

Pode ser observado, ao se fazer um percurso pelos governos de Sarney, Collor e Itamar Franco, que estes governos, em face de suas características conservadoras, vinculados com o *status quo* dominante e por serem formados pelos setores políticos mais conservadores, não acrescentaram nada relevante ao cenário das políticas de segurança, a não ser as garantias formais das liberdades políticas, que permitiram avançar o debate dentro das instituições policiais, e na sociedade civil, acerca de qual é o papel das polícias, da necessidade do controle social sobre estas instituições e início de uma aproximação entre os movimentos sociais e de direitos humanos com as universidades para constituição de uma literatura sobre segurança pública.

Foi somente no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que se criaram os primeiros instrumentos de promoção de ações nacionais no campo da segurança - a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, em 1995, e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em 2000. O FNSP, inicialmente, ficou um pouco limitado à cultura de compra de armas e viaturas, iniciou o financiamento federal para formação

de agentes de segurança pública por parte do Ministério da Justiça e os primeiros investimentos municipais, o que constituiu fato novo também relevante em face de até então o município ser invisível aos olhos da União no tocante à segurança pública.

No segundo mandato de FHC, em junho de 2000, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), composto de 124 programas e ações que visavam a combater o tráfico de drogas, o crime organizado, criar uma cultura de desarmamento e controle de armas, proteção a testemunhas, melhoramento do sistema penitenciário, reforma das leis penais, entre outros objetivos. Mesmo sendo deveres nobres, os objetivos do plano, em sua maioria, ficaram apenas na intenção inicial, principalmente pela ausência de uma cultura de relação intersetorial das instituições e entes federados.

No governo Lula, o “Projeto Segurança Pública para o Brasil” estabeleceu no cenário das políticas de segurança um debate programático em torno do papel da União em face da condução de uma política nacional nesta área. Apesar de o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) ter sido criado no governo FHC, foi sob a Presidência de Lula, já no segundo mandato, que se instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implementação de programas determinantes na atual Política Nacional de Segurança Pública.

O SUSP foi criado pelo Ministério da Justiça para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da justiça criminal, à época totalmente dispersas. Tal articulação não objetiva ferir a autonomia dos estados ou das polícias. Não se trata de unificação, mas de integração prática. O sistema é único, mas as instituições que fazem parte dele são diversas e autônomas, cada uma cumprindo suas responsabilidades. Servem de modelo para o SUSP as experiências de missões especiais e forças-tarefa, em que órgãos diferentes trabalham integrados, com pessoal qualificado, objetivos, metas e metodologia bem definidos. (BRASIL, 2006, pg. 2).

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI foi fruto do aprendizado e do debate intenso sobre ações e crises na segurança pública, destinando-se a prevenção, controle e repressão da criminalidade, tendo como proposta a atuação nas raízes socioculturais da violência e da criminalidade, além da articulação das ações de segurança com políticas sociais por meio da integração da União com estados e municípios. A proposta traz, em patamares iguais, agentes de segurança pública, gestores, militantes de direitos humanos e universidade, causando uma sadia aproximação e quebrando paradigmas preconceituosos e conservadores. O distanciamento de tais segmentos já não se sustentava em face da gritante e urgente necessidade de uma formulação e aplicação de uma política comum para diminuir os elevados índices de violência e criminalidade.

O PRONASCI inaugura um diferente paradigma de segurança pública, pautado em duas grandes inovações: articulação entre ações de segurança com ações de naturezas sociais e preventivas, atuando nas raízes socioculturais da violência e criminalidade, por meio do fortalecimento dos laços comunitários e das parcerias com as famílias, sem abdicar das estratégias de ordenamento social e repressão qualificada: fomento de uma agenda federativa compartilhada, com o envolvimento de todos os entes, acrescentando ao papel basilar dos estados o Governo Federal, com indução de políticas e financiamento, e os municípios, com papel ativo nas ações de prevenção. (BRASIL, 2009, pg7).

### 3. TERRITORIO DE PAZ E CIDADANIA

Pensando em uma política de prevenção, foram criados os Territórios de Paz no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI, mediante a Lei nº 11.530/2007, em conjunto com a proposição de projetos prioritários e de um grande conjunto de ações realizadas territorialmente. Embora caracterizados como projeto em alguns momentos, os Territórios se propõem ser o *locus* de realização concentrada dos projetos desenvolvidos por parte das instituições cooperadas.

Essa é uma forma de o PRONASCI transformar territórios e áreas conflagradas de violência e criminalidade em Territórios de Paz; ação voltada para o cuidado com preocupação de uma intervenção intersetorial e integrada dos três níveis federativos e de ações de repressão e prevenção, dentro da nova perspectiva de segurança cidadã.

A lei de criação do PRONASCI estabelece um foco territorial, no conjunto de focos prioritários de projetos e ações<sup>6</sup>, caracterizado como “regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos”. Especifica, desta forma, a delimitação de áreas geográficas a serem abrangidas pelo Programa, em que deverão atuar os Agentes Comunitários e as Mulheres da Paz e onde residam os jovens do Protejo e, seus projetos prioritários, com destaque para as ações de pacificação territorial pelos policiais e a mobilização e atenção às comunidades de residência.

Os mais de cem projetos caracterizados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, definidos em conjunto pelos municípios e estados interessados - oferecidos como um cardápio para execução no Território de Paz - objetivam qualificar a ação preventiva, a urbanização e os projetos sociais para atendimento às populações mais vulneráveis, buscando enfrentar a criminalidade e a violência nas suas raízes sociais e culturais, reestruturando o sistema penitenciário e combatendo a corrupção policial, envolvendo a comunidade na prevenção. O mérito de tal metodologia deverá ser de garantir a integração da polícia com a comunidade, das políticas públicas entre si e a realização de um pacto federativo envolvendo os poderes Executivo e Judiciário.

Assim, constituem-se os Territórios de Paz em importante estratégia de execução do PRONASCI, apontando a sua realização com suporte em índices de violência e criminalidade em determinados bairros e comunidades, caracterizados como de “descoesão social”. Esta concepção orienta a criação dos Espaços Urbanos Seguros, dando prosseguimento a uma série de avanços discutidos que aparecem nas principais iniciativas internacionais e na América Latina para fazer frente à violência.

Já de muito tempo se destacam as reflexões relacionadas com o ambiente e o espaço, associadas ao comportamento humano. Foucault (2008), analisando a mudança da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, aponta que as intervenções urbanas detêm estratégias de segurança e examinam os mecanismos de vigilância e controle de câmeras e outras tecnologias de informação, condicionando os corpos. Da mesma forma, estudos de Wacquant (2008) analisam o controle sobre guetos e bolsões de pobreza geradores de riscos à segurança.

<sup>6</sup> Foco etário (jovens entre 15 e 24 anos), social (em situação de risco, egressos do sistema prisional e famílias expostas à violência urbana) e territorial.

Reavendo-se as origens do Território de Paz na configuração original do PRONASCI, identifica-se o ano de 2003, em que foi constituída uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na implementação do Projeto Segurança Cidadã, a fim de reduzir a violência no Brasil. Neste, já se esboça a necessidade de andar por “espaços urbanos seguros”. O PRONASCI integra-se a este projeto em 2007, muito próximo das experiências de cidades latino-americanas, particularmente a colombiana, conhecida por implementar equipamentos culturais e obter forte adesão da participação comunitária em espaços delimitados e qualificados no entorno.

Estudos acadêmicos sobre espaço e segurança ajuntam consistência a estas análises e identificam relação imediata entre aspectos urbanísticos e a incidência de crimes, elementos valorizados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENAD, quando prevê o PRONASCI e seus Territórios de Paz, apesar destes não estarem previstos especificamente no Plano Plurianual da época (PPA 2008-2011), tampouco na legislação que regulamenta o Programa (SOUZA; COMPANS, 2009, pg9). A forma desta implementação, não antevista detalhadamente em nenhum documento de orientação do PRONASCI, pode vir a explicar a grande diversidade em curso nas características dos vários Territórios de Paz implantados nos municípios e estados pelo País.

## 4. PROTEJO E MULHERES DA PAZ

Entre os diversos projetos pensados pelo PRONASCI como atuação preventiva contra a violência e a criminalidade, estão o **Proteção dos Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO** e o **Mulheres da Paz**. O primeiro foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2007, por intermédio da Lei nº 11.530/2007. O segundo, por iniciativa do Ministério da Justiça - Lei nº 11.530/2007 e Decreto nº 6.490/2008.

O **PROTEJO** se propõe recobrar a esperança na juventude e possibilitar participação digna na vida cultural, esportiva, social e profissional, criando vínculos com a comunidade. O projeto é destinado a jovens com idade entre 15 e 24 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em conflito com a lei e/ou cumprindo medidas socioeducativas. As atividades variam nas áreas culturais, esportivas e educacionais, trabalhando temas como cidadania, juventude, sustentabilidade e políticas de segurança preventiva, por exemplo. O curso dura cerca de oito meses e os participantes recebem bolsa-auxílio no valor de R\$ 100 mensais, pelo período de um ano.

O Projeto Mulheres da Paz surgiu para fortalecer o combate à violência e contou com o apoio de 25 estados, o Distrito Federal e 173 municípios brasileiros. No total, mais de 11 mil mulheres participaram do programa. Elas foram selecionadas entre as candidatas com os seguintes prerrequisitos:

- pertencer às redes de parentesco e redes sociais das (e dos) jovens que são foco do PRONASCI;
- idade mínima de 18 anos;
- ter cursado, no mínimo, até a quarta série do Ensino Fundamental, ou que comprovem sua capacidade de leitura e escrita; e
- possuir renda familiar até dois salários-mínimos.

As agentes deverão receber cursos sobre mediação de conflitos, técnicas de abordagem, cidadania, prevenção ao uso de drogas, adolescência e inclusão digital. Por participar do programa, ganharam uma ajuda de custo mensal de R\$ 190,00.

O pressuposto do projeto é de que as mulheres, muitas vezes, assumem papéis de liderança informal em comunidades carentes, e também a tarefa de garantir a coesão da família. Efetivamente, estas multiplicadoras da paz deverão se tornar importantes no trato com os jovens e no combate à violência contra as mulheres, haja vista que tal fato é algo comum às comunidades definidas como Território da Paz.

## 5. EXPERIÊNCIAS AVALIADAS

Com arrimo em um edital lançado pela SENASP em parceria com o Programa das Nações Unidas – PNUD, houve uma avaliação dos projetos PROTEJO e Mulheres da Paz. O estudo teve por base a comparação entre três cidades que executaram os referidos projetos, dimensionando seus principais resultados e experiências nos seguintes aspectos: uma cidade que somente executou o PROTEJO; outra que somente operou o Mulheres da Paz e a terceira que abraçou as duas propostas.

O estudo procurou apresentar tanto uma discussão sobre a percepção dos jovens e mulheres participantes dos projetos sobre seu processo de desenvolvimento e suas contribuições quanto identificar boas práticas para o pós-projeto nos municípios pesquisados.

Atendendo aos critérios estabelecidos, foram escolhidas as cidades de Sobral (CE) – execução do PROTEJO; Recife (PE) – execução do Projeto Mulheres da Paz; e Camaçari (BA) – execução do PROTEJO e Mulheres da Paz.

O estudo foi desenvolvido em três estratos distintos: no primeiro, foi produzido um diagnóstico resultante de uma pesquisa documental; na segunda fase, recolhem-se indicadores de natureza quantitativa, por meio de questionários elaborados pela equipe de pesquisadores; e no terceiro período, os dados coletados foram de natureza qualitativa.

As cidades estudadas tiveram as seguintes características:

a) Sobral - uma das cidades mais importante do Ceará, sendo reconhecida pela sua relevância econômica e como polo de atração cultural no Estado e na Região. O Município tornou-se polo de atração e passou a conviver com um grande contingente de pessoas que ali vão para estudar, trabalhar ou buscar tratamento médico, haja vista ser o maior polo universitário do interior do Estado, ter um sistema industrial florescente e contar com uma rede de saúde regional. A taxa de homicídio em 2010 foi de 52,4 (em 100.000 habitantes). Nesse Município, o PROTEJO foi coordenado pela Secretaria da Cidadania e atendeu a 100 adolescentes e jovens adultos de 15 a 24 anos, dos bairros Sinhá Sabóia, Cohab I e II, Sumaré, Dom Expedito, Parque Santo Antônio e Terrenos Novos. A sede do PROTEJO foi localizada ao lado da pista de *bicicross* do Parque da Cidade.

b) Recife - Capital do Estado de Pernambuco, considerada a segunda mais importante da região Nordeste do Brasil, tem uma economia pautada no setor terciário, onde se destacam: *shoppings* e grandes supermercados, serviços médicos, de informática e de engenharia, consultoria empresarial, ensino e pesquisa, atividades ligadas ao turismo, entre outras. Merece destaque o Porto Digital, um grande parque tecnológico nacional. Recife, no entanto, ainda possui uma presença significativa da economia informal. Existe um grande número de atividades envolvendo micro e pequenas empresas prestadoras de serviços, responsáveis pela absorção de grande parte da mão de obra da Cidade. A desigualdade social do País também se reflete fortemente numa capital que viveu o domínio colonial, a escravidão e todas as formas de dominação oligárquica. A cidade do Recife tem 61 Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, totalizando 583.724 habitantes nessas zonas. O Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, buscou interferir nessa conjuntura de dificuldades na qual a violência demandava políticas públicas específicas. Em 2 de dezembro de 2008, foram lançados os quatro primeiros Territórios de Paz do País - Santo Amaro, no Recife (PE), foi uma das áreas escolhidas. Os projetos deveriam ser executados em parceria com o Governo Federal, o Governo de Pernambuco e a Prefeitura do Recife. Em novembro de 2009, o Projeto Mulheres da Paz foi lançado pioneiramente no Estado de Pernambuco.

c) Camaçari- Uma das cidades industriais do Nordeste com maior potencial econômico teve implantado o primeiro complexo petroquímico planejado do País. Esse enorme empreendimento está localizado a 50 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia. O polo possui o maior complexo industrial integrado do hemisfério sul, contando mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade, como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, bebidas e serviços. Em 2009, foi implantado o Território de Paz dessa cidade. O PROTEJO atendeu a 100 jovens por meio do Instituto Anísio Teixeira, da Secretaria de Educação do Governo do Estado da Bahia. O projeto foi implantado nos bairros dos Phoc's I, II e III. O Projeto Mulheres da Paz foi coordenado, no plano estadual, pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, entre 2009 e 2010. Das 700 mulheres selecionadas na região metropolitana de Salvador/Bahia, 100 vagas foram destinadas a Camaçari.



As ações dos projetos desenvolvidos nas cidades escolhidas foram sintetizadas neste quadro.

Quadro1 - Comparativo

Características	Sobral	Recife	Camaçari
<b>Localização</b>	Maior economia do interior do Estado do Ceará; 240 km de distância da Capital (Fortaleza); Maior número de trabalhadores com carteira assinadas;	Capital de Pernambuco; Maior Polo de Serviços Modernos da Região Nordeste;	41 km de Salvador, cidade industrial; Segundo maior PIB do Estado
<b>População</b>	190.724 habitantes; 59.120 jovens;	1.537.704 habitantes;	255.238 habitantes 75.000 jovens
<b>Nível de Violência</b>	Taxa de homicídio em 2010 - 52,4 (em 100 Habitantes)	Taxa de homicídio em 2010 - 58,2 (em 100 Habitantes)	Taxa de homicídio em 2010 – 118,7 (em 100 Habitantes)
<b>Projetos a serem avaliados</b>	PROTEJO	Mulheres da Paz	Mulheres da Paz PROTEJO
<b>Área(s) do(s) Projetos</b>	Sinhá Sabóia; Sumaré; Dom Expedito; Terrenos Novos;	Santo Amaro; Nova Descoberta; Joana Bezerra; Iputinga; Água Fria; Imbiribeira; Campo Grande;	Phoc I, II e III
<b>Executor</b>	Homine – Serviços de Qualificação e Educação Básica LTDA	AMUNAM – Associação das Mulheres de Nazaré da Mata	Mulheres da Paz – AVANTE Educação e Mobilização Social PROTEJO – Instituto Anísio Teixeira
<b>Pessoa(s) Responsável (is) pela Gestão dos Projetos</b>	Juliana Gonçalves, Subinspetora da Guarda Municipal e Defesa Civil de Sobral	Doris Cavalcanti Chefe de Gabinete Secretaria da Mulher do Governo Estado de Pernambuco	Sara Andrade Santos Assistente Social Coordenadora do Observatório de Segurança Municipal / PRONASCI Prefeitura de Camaçari
<b>Início da Experiência</b>	Agosto de 2011	Novembro de 2009	Mulheres da Paz - julho de 2009 PROTEJO – maio de 2009
<b>Final da Experiência</b>	Dezembro de 2012	Junho de 2011	Mulheres da Paz - Maio de 2011 PROTEJO – maio de 2010
<b>Quantidade de Mulheres/ Jovens envolvidos</b>	100 jovens	690 Mulheres	100 Mulheres Jovens

Fonte: Elaboração própria – 2013

## 6. O QUE OS DADOS EXPLICARAM

Após a definição das cidades que seriam avaliadas e o início dos trabalhos, foi evidenciado que o PROTEJO em Camaçari foi executado totalmente distanciado do projeto Mulheres da Paz, sob a coordenação e execução de secretarias de Estado diferentes, sem encontros conjuntos, tampouco de preparação quanto de avaliação. Portanto, as interferências positivas ou negativas no combate à violência no Município não podem ser atribuídas a um trabalho articulado entre os dois projetos.

### a) A inserção dos jovens e mulheres nos Territórios de Paz

O conhecimento dos jovens e mulheres para os dois projetos avaliados se deu por diversos veículos de comunicação: cartazes, aviso nas emissoras de rádio locais, nas igrejas da comunidade e, acima de tudo, troca de informações. O principal veículo de comunicação, no entanto foi a informação de amigos.

A motivação dos jovens variou entre o benefício de uma bolsa, adquirir conhecimento por meio dos cursos oferecidos, curiosidade e ocupar o tempo.

No caso das Mulheres da Paz, a motivação principal foi “adquirir conhecimento”, ou seja, em torno de 35% das entrevistadas nas duas cidades. Outra razão significativa foi “ajudar a comunidade”, nos dois casos, a ordem das motivações e os índices de escolha foram muito próximos: aproximadamente 20%. A terceira motivação também foi a mesma para as duas cidades: “ocupação fora de casa”, 14% em Camaçari e 10% no Recife.

A inserção de jovens e mulheres nos projetos, no entanto, se deu de forma diferenciada:

i) em Sobral, a seleção foi feita pela gestora, pessoas da Vara da Criança e da Juventude, profissionais da rede socioassistencial do Município e representantes da empresa executora. Durante o nivelamento dos professores e técnicos, houve um momento dialogal com os jovens que estavam sendo selecionados;

ii) em Camaçari, houve um “acordo de cooperação” entre o Município, o Estado e o Ministério da Justiça, no qual foram estabelecidas as normas de operacionalização dos dois projetos. O Município indicou uma coordenadora que, juntamente com uma equipe de governo, selecionou as mulheres e os jovens que iriam participar de tal experiência;

iii) no Recife, como em todo o Estado de Pernambuco, as Mulheres da Paz foram selecionadas por uma empresa contratada. Inicialmente, era esperada a inscrição de mais ou menos duas a três mil mulheres e a estrutura física estava adequada a tal perspectiva. Apareceram, no entanto, mais de dez mil candidatas. O processo foi cancelado em decorrência de denúncias e acusação de falta de transparência. A equipe responsável pela seleção foi reforçada e um novo processo escolheu 1100 mulheres. Este aconteceu em

etapas. Primeiro, se inscreveram todas as mulheres, bastando ter documento de identidade, CPF e um comprovante de que residia no bairro. O nível de escolaridade exigido era o do ensino fundamental, mas não necessitava de comprovação, porque, depois, ia haver uma prova escrita. Segundo, foi uma prova de Português e interpretação de texto, com o nível da quarta série do ensino fundamental. Posteriormente, foi realizada uma entrevista com psicólogas, que procuravam identificar a inserção das candidatas na comunidade.

Os jovens escolhidos para o PROTEJO, contudo, nem sempre tiveram um perfil estabelecido no projeto, haja vista que, em decorrência de dificuldades de complementação das vagas com a característica de vulnerabilidade estabelecida, houve maior liberação deles. A preocupação dos gestores, entretanto, foi no sentido de aproximar o máximo possível a intervenção às características do público-alvo inicialmente esperado.

Eu acho que a gente se preparou para algo muito pior do que encontramos. No primeiro dia a gente se olhou e disse assim: eu acho que isso está errado, não era exatamente isso que eu estava esperando com relação ao público. O que se esperava é que encontraríamos mais jovens usuários de drogas, mais jovens em conflito com a Lei. Algo bem mais pesado do que o grupo que aparece (Informação verbal). (GF. PROFESSOR – SOBRAL).

O impacto foi o mesmo de querer entender o da mudança de perfil. Embora se soubesse que o mesmo jovem não estando cumprindo medidas eram pessoas com histórico de vulnerabilidades. Isso porque o projeto também tem o objetivo de prevenção da violência (Informação verbal). (GF. PROFESSOR - SOBRAL 1).

Tínhamos todas as espécies de jovens, desde o usuário até o que estava na prostituição (Informação verbal). (GF. PROFESSOR - SOBRAL).

Eram jovens que na sua maioria não tiveram problemas com a polícia. Embora alguns tivessem cometido delitos (Informação verbal). (GF. PROFESSOR - SOBRAL 2).

A minha filha sempre foi uma boa menina calada, uma menina que nunca me respondeu. O projeto veio ajudar porque ela está menos tímida e muito falante (Informação verbal). (GF. MÃE - SOBRAL 1).

A minha filha era uma menina que não era de gangue, mas era muito danada. Arrumava combate no colégio (Informação verbal). (GF. MÃE 1).

Eu fiquei sabendo por cartazes. Existem cartazes até na igreja ... Os cartazes informavam que haveria uma seleção no colégio Caique e que os jovens deveriam comparecer. Eu fui fazer as provas e fui selecionada (Informação verbal). (GF – JOVEM – CAMAÇARI 1).

Houve uma seleção através do Caique... A gente fez uma prova e ligaram para mim. Foi assim que eu comecei a participar do projeto (Informação verbal). (GF – JOVEM - CAMAÇARI 2).

A articulação entre o PROTEJO e o projeto Mulheres da Paz não foi uma constante nos Territórios. No caso específico das cidades escolhidas para avaliação, nenhuma das duas atuam de forma sintonizada. Na cidade do Recife, a posição teórica e política da

Secretaria de Mulheres afastou a possibilidade de um acompanhamento aos jovens e, na cidade de Camaçari, as duas experiências nasceram e se desenvolveram sem tal articulação.

Os projetos nasceram de forma diferenciada. Porque o projeto deveria nascer, daquilo que eu li no projeto, como fruto do Mulheres da Paz. Primeiro seria implantado o Mulheres da Paz e a partir do trabalho delas na comunidade os jovens seriam atraídos para o PROTEJO. Aqui foi diferente nasceu o Mulheres e o PROTEJO, nasceu de qualquer forma lá (Informação verbal). (ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO DO PRONASCI CAMAÇARI).

Cada projeto se desenvolveu de forma separada, só a vindo se conhecer quando eu assumi a direção do PRONASCI dois anos depois (Informação verbal). (ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO DO PRONASCI CAMAÇARI).

Não tinha nenhuma atividade conjunta (Informação verbal). (ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO DO PRONASCI CAMAÇARI).

Eu digo assim (...) as respostas das coordenadoras devem ser mais completas (...) eu não participei do movimento Mulheres da Paz. As Mulheres da Paz conheciam os problemas do bairro, do Território de Paz. Essas Mulheres foram capacitadas para lidar com famílias (Informação verbal). (GF – MOBILIZADORA 1).

## **b) A definição do Território de Paz**

Embora a escolha dos territórios tenha sido realizada de conformidade com os critérios anteriormente mencionados, a amplitude e a conflitualidade nas áreas escolhidas trouxeram problemas, não só para a execução dos projetos, como também para o monitoramento das suas ações.

A sede do PROTEJO de Sobral ficou fora dos territórios, o que dificultou o contato com as famílias e os jovens. Teria sido ideal que a sede do projeto se houvesse localizado no próprio território vulnerável, porém não foi pelo fato de não ter sido encontrado local adequado nas comunidades beneficiadas.

Houve uma possibilidade de integração de jovens de territórios diferentes com a escolha de um local de realização do projeto fora das comunidades, mas esta integração se deu de forma muito difícil e conflituosa, principalmente pela “rivalidade” entre jovens destes territórios, o que dificultou a integração e ampliou a violência entre eles.

A sede do projeto era distante. Era longe demais, eu vinha do Parque da Cidade. Tinha um caminzinho até bom. Eu chegava lá suada (Informação verbal). (GF – JOVEM DE SOBRAL 4).

Às vezes eram complicadas as atividades conjuntas por conta da rivalidade entre os bairros. Muitos dos jovens diziam que se fossem teria uma confusão grande (Informação verbal). (GF – PROFESSOR DE SOBRAL).

O projeto não atingia uma quantidade suficiente de jovens. Caso você tenha conhecimento do tamanho dos Phocs você vai entender o que digo. Nesse projeto não tinha nenhum jovem do Phoc III que é o que eu moro. Foi uma falha muito grande, haja vista que dividiu o Território de Paz (Informação verbal). (ENTREVISTA COM GESTORA DA PREFEITURA DE CAMAÇARI).

Na verdade, a minha experiência de trabalho diz que deveriam ser duas escolas: uma no Cosme de Farias e outra no Phoc I (Informação verbal). (ENTREVISTA COM GESTORA DA PREFEITURA DE CAMAÇARI).

Os dados dos grupos focais e do *survey* indicam que as ações desenvolvidas na formação de jovens e mulheres foram realizadas fora do Território, pela inexistência de local apropriado ou impossibilidade da realização na área, em decorrência dos conflitos entre gangues, bairros e territórios. Talvez as razões de tais impedimentos tenham decorrido da dificuldade de compreender o território na suas múltiplas dimensões e conhecimento das diversas variáveis e determinantes que o caracterizam; e realizar um trabalho no território, mesmo na perspectiva de criar sociabilidades em seu seio, de transformar o território e suas relações para acolher e “empoderar”<sup>7</sup> jovens e mulheres na sua trajetória pessoal e profissional e de estabelecer novos laços em seu espaço de vida e de convivência, superando a descoesão social.

Os Territórios de Paz deveriam ser definidos não só pelos seus índices de criminalidade e violência, como também por suas barreiras geográficas, áreas de risco, equipamentos sociais públicos ou privados, organizações não governamentais, empresas, espaços de lazer etc. A transformação do Território em espaço de melhor viver, do ponto de vista da infraestrutura, dos equipamentos sociais, da integração das políticas públicas deveria ser também meta para investimento da municipalidade, seus gestores e comunidades. Esta poderia ser a ideia original do PRONASCI, mas está longe de ser presente no cotidiano de seus jovens e das mulheres.

Outro aspecto significativo na relação dos projetos avaliados com o Território se encontra relacionado com a superação de uma perspectiva temporal limitada. As ações na área da educação, saúde e, também, segurança, não mostram seus resultados de imediato. Nesse sentido, as ações no Território não deveriam ficar restritas ao tempo de execução de um projeto. Os efeitos de um trabalho bem desenvolvido na área educativa e na prevenção da violência não modifica índices de imediato. As alterações para ocorrer em espaços territoriais maiores implicam médio e longo tempo, bem como avaliações e transformações permanentes, alicerçando a mudança.

### **c) Violência do território no início dos projetos**

Os jovens selecionados para o PROTEJO nos dois municípios convivem com o problema da violência no seu cotidiano. Os dados das duas tabelas seguintes confirmam todos os estudos que denunciam a elevada exposição das mais diversas formas de agressão aos jovens que moram nas periferias brasileiras.

Quase 50% dos jovens entrevistados disseram que foram assaltados e aproximadamente um quarto sofreu violência doméstica. O contexto aponta para uma realidade na qual a metade dos jovens possui entre seus amigos aqueles que participam de gangues, quase três quartos dos jovens são amigos de usuários de droga e grande parte também se utiliza de tal recurso.

---

<sup>7</sup> “Empoderamento” é tratado neste texto como sendo uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo em que isto enseja transformação social, o principal objetivo do movimento das mulheres. O “empoderamento” é visto como a base para produzir visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual essas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudarem.

Tabela 1: Nível de violência - Jovens do Protejo

	Sobral (%)		Camaçari (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Você já foi assaltado	42,9	57,1	46,2	53,8
Você já foi denunciado por alguma razão	18,4	81,6	11,5	88,5
Você já sofreu <i>bullying</i> (perturbação, incômodo, chacota etc) na escola	20,4	79,6	7,7	92,3
Você já sofreu algum tipo de violência dentro de casa	26,5	73,5	38,5	61,5
Você já sofreu violência sexual	0,0	100		100
Você já foi vítima de exploração sexual	4,1	95,9	7,7	92,3
Você tem amigos que participam de gangues	65,3	34,7	53,8	46,2
Você já se envolveu em brigas de gangues	18,4	81,6	23,1	76,9
Você já teve contato com pessoas usuárias de drogas	71,4	28,6	61,5	38,5
Você já fez uso de algum tipo de droga	40,8	59,2	30,8	69,2
Você vem fazendo uso de alguma droga nos últimos seis meses	20,4	79,6	7,7	92,3
Você convive com alguém que trafica drogas	28,6	71,4	34,6	65,4
Algum de seus amigos já se envolveu com o tráfico	61,2	38,8	69,2	30,8
Você consome regularmente alguma bebida alcoólica	30,6	69,4	53,8	46,2
Você já cumpriu alguma medida socioeducativa	18,4	81,6	3,8	96,2

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

As Mulheres da Paz também convivem com a violência do seu Território. Mais da metade das mulheres que responderam o questionário já foram assaltadas e em maior número sofreram de violência doméstica. Quase 90% das mulheres de Camaçari e do Recife já tiveram contato com usuários de drogas.

A fala dos jovens e das Mulheres da Paz, no entanto, são no sentido de afirmar que, mesmo existindo um atual quadro de violência, o período anterior ao projeto era pior. Embora não existindo uma forma de comprovar, objetivamente, tais mudanças, o sentimento de redução da violência, o que nem sempre corresponde à realidade dos números, é que houve uma diminuição.

Na época era muito violento agora melhorou um pouco (Informação verbal). (GF MÃES DE JOVENS DO PROTEJO).

Tinha muita briga, muita violência, mas agora diminuiu. Graças a Deus (Informação verbal). (GF MÃES DE JOVENS DE SOBRAL).

O meu filho tem problemas com drogas, ele já melhorou 70%, mas está faltando 30% para ficar bom. Eu não estou aqui para falar do meu filho, mas como vejo que melhorou a vida de quase todos (Informação verbal). (MÃES DE JOVENS DE SOBRAL).

Aqui tinha brigas de gangues. Rinha entre o Sinhá Saboia e os que moravam no Santo Antonio (Informação verbal). (GF JOVEM DO PROTEJO).

Tinha uso abusivo de drogas. Esse era um fator de evasão. Tínhamos dificuldade porque como eles tinham esse problema às diretoras das escolas não queriam aceitá-los como alunos (Informação verbal). (GF PROFESSORAS DOS JOVENS DE SOBRAL).

Foi assim (...) Houve uma explicação falando da pesquisa que houve em Camaçari e de todo os bairros próximos. Foi falado da criminalidade e dos Phocs e coisa e tal (Informação verbal). ( GF JOVEM 5).

A pesquisa dizia que era muito perigoso (Informação verbal). ( GF JOVEM 2 ).

O Phoc I era um dos bairros que tinha maior nível de criminalidade e foi o que teve mais gente para seleção (Informação verbal). (GF JOVEM 2 - CAMAÇARI).

O território foi escolhido por ser um bairro violento. Todo tipo de violência: droga, assassinato, era um bairro muito violento mesmo (Informação verbal). (ENTREVISTA COM MOBILIZADORA DE CAMAÇARI).

O processo de qualificação das mulheres procurou evidenciar as formas e diferenças entre a violência doméstica e a violência de gênero, algo importante, não só para o trabalho de conscientização das mesmas como também por ser uma ferramenta no combate às distintas formas de violência de que eram vítimas.

A formação teórica de tais Mulheres da Paz tomou como base o entendimento existente no “movimento feminista” no qual a violência contra a mulher é toda e qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento, físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado (CIPEVM,1994). A violência doméstica foi tratada como a chamada violência familiar, ou seja, aquela que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, tomando por base a consanguinidade, a afinidade, e que ocorre, mais corriqueiramente, no interior do domicílio, como resultado de relações violentas entre membros da própria família. É antes extensiva a todas as pessoas, que, no interior de seus domicílios, possam estar sofrendo ofensas, humilhações ou espancamentos, entre outras, como bem exemplifica Saffioti (2004). A violência de gênero, conforme foi entendido pelas mulheres qualificadas pelo projeto, embora englobe a expressão violência doméstica, não pode ser utilizada como sinônimo desta, uma vez que, além de possuir dimensão mais ampla, tem caráter mais difuso, não indicando que é dirigida rotineiramente a um mesmo alvo. (ALMEIDA, 1998, p. 18-19).

Durante os grupos focais, as Mulheres da Paz enfatizaram a importância de saber que muito do que lhes ocorria e ocorre no cotidiano doméstico ou nas diversas famílias da comunidade se trata de uma violência que deve ser combatida. O fato de os maridos exercerem o poder de homem sobre a mulher ou vice versa, de pais sobre filhos, entre jovens sobre pessoas idosas, enfim entre membros que mantêm vínculos familiares, já não pode ser naturalizado com tanta facilidade.

A identificação de um problema conhecido por todas as mulheres da comunidade como sendo algo que deve ser combatido não se traduziu de imediato em solução das ocorrências anteriormente naturalizadas. O projeto, no entanto, foi importante para a tomada de consciência individual das Mulheres da Paz, para os esclarecimentos prestados a outras mulheres da comunidade e, em alguns casos, para a redução das violências que ocorriam no Território de Paz.

A temática mais procurada para ser trabalhada pelas Mulheres da Paz era a violência de uma maneira geral, exatamente pelo trabalho acontecer nos locais onde essa criminalidade tem elevados índices (Informação verbal). (ENTREVISTA -RECIFE).

Eu agora entendo que muita coisa que eu vivia era violência doméstica (Informação verbal). (ENTREVISTA -RECIFE).

Agora tem muito homem com medo da Lei Maria da Penha... Um trabalho que nós fazíamos era esclarecer a mulher que ela não podia agüentar tudo do marido (Informação verbal). (ENTREVISTA -RECIFE).

Tem família que o filho é quem manda... Toma todo o dinheiro da avó...O nosso trabalho foi esclarecer que isso estava errado. (Informação verbal). (ENTREVISTA - CAMAÇARI).

#### **d) capacitação dos profissionais que atuaram no projeto**

A experiência em Sobral desenvolveu-se tendo inicialmente conflitos administrativos entre os gestores e a empresa licitada para execução do PROTEJO, bem como as mudanças de professores dificultou a relação com alunos e com a própria empresa executora. Ocorreram, contudo, duas capacitações de profissionais, em virtude da evasão da primeira turma de profissionais, o que foi um problema no que diz respeito à continuidade do projeto, porém foi superado. No que concerne à orientação jurídica aos jovens, sobre os direitos deles em face de seus atos infracionais e informações jurídicas em relação a questões familiares, houve acompanhamento durante um mês, em sala de aula.

Em Camaçari, os jovens do PROTEJO foram capacitados por um Instituto com a coordenação da Secretaria de Educação da Bahia e as Mulheres da Paz sob a coordenação da Secretaria de Educação e Mobilização Social da Prefeitura.

As atividades formativas dos jovens foram marcadas por conflitos que trouxeram muitos prejuízos para o andamento das atividades. A falta de pagamento dos professores, as dificuldades na estrutura física e o descompasso das atividades encaminhadas pelas Mulheres da Paz com as diversas instâncias da Prefeitura e do Estado prejudicaram a imagem dos projetos.

A capacitação no Recife foi realizada por uma ONG e os textos utilizados foram da própria Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco. Foram utilizadas cartilhas como: “ Nenhum pernambucano sem documento”; “Entender”; Mulheres Semeando a Cidadania”; “ Promotoras Legais dos populares” e outros textos produzidos coletivamente. As atividades docentes estiveram articuladas às campanhas para tirar documento; informações sociopolíticas com as mulheres; direitos civis e Lei Maria da Penha. Associada à parte teórica estava sempre uma inserção prática na comunidade.

Merece destaque o fato de que alguns temas foram incluídos durante a realização do curso, haja vista o fato de que as mulheres sentiram necessidade da discussão em decorrência de algum problema existente na comunidade.

No início tivemos um curso de preparação. Antes mesmo da seleção tivemos que participar de um curso no que acabou sendo uma forma de pré-selecionar os profissionais que realmente quisessem trabalhar. Foi um processo rico que durou uma semana e que selecionou seis ou sete pessoas. (Informação verbal). (PROFESSOR DO PROTEJO DE SOBRAL).



O que ocorreu foi que durante a nossa formação tivemos um momento de conversa com os adolescentes que estavam sendo selecionados. Isso, na minha opinião, foi uma coisa positiva. Principalmente para nos prepararmos para o PROTEJO. (Informação verbal). (GF. PROFESSORA - SOBRAL).

Embora eu não tenha estado aqui naquele período, se percebe que elas foram bem capacitadas para o trabalho a que se destinavam (Informação verbal). (ENTREVISTA - CAMAÇARI).

Todos os dias tinham aula. Só um dia que a nossa multiplicadora, teve a mãe dela internada, estava na UTI e, mesmo assim, ela deixou a sobrinha dela lá (Informação verbal). (GF MULHER, 3 – CAMAÇARI).

A qualificação das Mulheres da Paz foi feita pela AMUNAM que é uma associação bem antiga nesse trabalho (Informação verbal). (GF PROFESSORA DA AMUNAM).

A AMUNAM trabalhou todo o conteúdo que foi feito pela Secretaria da Mulher: as cartilhas, todo o material era ótimo (Informação verbal). (MULHER DA PAZ - RECIFE).

A AMUNAM tem muita experiência em trabalhar com mulheres do meio popular. O trabalho com Mulheres da Paz veio enriquecer uma experiência que já vinha sendo construída na Zona da Mata com mulheres camponesas (Informação verbal). (GF. PROFESSORA DA AMUNAM).

#### **e) Logística e administração dos projetos**

Em Sobral a parte logística e administrativa, com a estrutura física da sede do PROTEJO, era boa e com lanche de boa qualidade. Os profissionais tinham reunião semanalmente com as equipes técnicas e gestora de execução, e o material foi sendo criado ao longo da execução. O setor administrativo funcionava na casa onde era realizado o PROTEJO, sendo responsável pelo controle da frequência e a comunicação entre a coordenação e alunos.

As falas dos entrevistados e dos participantes dos grupos focais apontaram críticas à dificuldade com determinados guardas municipais que atuavam no local das aulas. Segundo o entendimento dos gestores de Sobral deveria ter a presença permanente de um guarda municipal no local das atividades docentes para garantir o patrimônio da cidade; decisão essa que alimentou discussões entre guardas e alunos no tocante à disciplina dos participantes do projeto.

Em Camaçari, a gestão do PROTEJO foi bastante problemática, haja vista ter sido finalizada a formação sem cumprir a carga horária total e, mesmo assim, continuar pagando bolsa de estudo para os jovens. A experiência foi marcada por muitos conflitos da Prefeitura com o Estado e terminou sendo protagonista de um grande desgaste do projeto entre os jovens. Uma crítica recorrente das mulheres foi à falta de receptividade dos órgãos públicos municipais e estaduais para as questões encaminhadas e à falta de perspectiva do projeto.

A gestão das Mulheres da Paz no Recife se deu pela Secretaria de Mulheres de Pernambuco. A gestão foi estadual e os objetivos foram redirecionados para o entendimento do movimento de mulheres daquele Estado.

A compreensão política que influenciou a execução do projeto Mulheres da Paz em Camaçari difere do que norteou o Município do Recife. No primeiro dos casos, o entendimento é que, segundo a proposta do PRONASCI, as mulheres atuavam em conjunto com os jovens do PROTEJO e buscariam exercer na comunidade uma mediação como cuidadora desses jovens. O afastamento ocorrido se deu bem mais por dificuldades de integração no processo do que por definição metodológica.

Já a Secretaria de Mulher de Pernambuco teve uma formulação distinta e crítica com relação à proposta oficial. Seu afastamento do PROTEJO foi deliberado. A experiência da Cidade procurou mostrar que o caráter revolucionário das Mulheres da Paz se encontra na resistência feminista que vai contra o pensamento hegemônico da atual sociedade, em que a mulher, como natureza e organização social, é considerada como uma pessoa interdependente, em virtude de seus deveres para com o marido, os filhos e a sociedade. No entendimento do Recife, a figura de mulher não deveria ficar demarcada como cuidadora dos jovens, pois isto apenas reforçaria a divisão sociotécnica do trabalho na sociedade atual. O trabalho destas mulheres, portanto, ante este posicionamento crítico e por opção de sua coordenação, esteve voltado para o “empoderamento” e recuperação individual das participantes e intervenção na comunidade, colaborando para a divulgação dos direitos, combate à violência e conquista da cidadania. O exercício de tal prática chamava atenção para o “poder” como relação social que condiciona a experiência da mulher em um duplo sentido: fonte de sua opressão quanto objeto de abuso e uma fonte de emancipação em seu uso.

As mulheres, quando indagadas sobre como se sentiram nos diversos momentos do processo avaliativo, responderam de forma a validar essa compreensão.

#### **f) Autoavaliação dos jovens e mulheres participantes dos projetos**

Os jovens de Sobral se avaliaram, atribuindo conceitos ótimos e bons para as seguintes possibilidades:

- interesse nas temáticas abordadas (77,6%) ;
- participação nas aulas - atividades individuais e em grupo - ( 67,4 %);
- pontualidade (81.6%) ;
- aprendizado (38,8%%);
- rendimento no curso( 85.7%).

No caso de Camaçari, o resultado foi o seguinte:

- interesse nas temáticas abordadas (65,4% ) ;
- participação nas aulas - atividades individuais e em grupo - (49,2%);
- pontualidade (70,2%) ;
- aprendizado (48,2% );
- rendimento ( 92,3%).

No caso em questão, pode ser observado o fato de que, mesmo os jovens, na sua maioria tendo avaliado negativamente a infraestrutura do projeto, como ficou evidenciado no item anterior, existe um sentimento de ter sido positivo durante a fase de funcionamento. Talvez seja esse conflito avaliativo que justifique o fato da evasão, quando ficaram sem sala de aula e ao mesmo tempo manifestarem a vontade de haver a continuidade da experiência.

Tabela 2 :Auto avaliação - Jovens do Protejo

Autoavaliação dos Jovens sobre o projeto	Sobral				Camaçari			
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Seu interesse nas temáticas abordadas	22,5	55,1	22,4		7,7	57,7	34,61	
Sua participação nas aulas (atividades individuais e em grupo)	28,6	38,8	24,5	8,1	3,0	46,2	46,2	
Sua pontualidade	26,5	55,1	10,2	8,2	1,0	69,2	26,9	
Seu aprendizado	38,8	44,9	14,3	2,0	2,0	46,2	46,2	
Seu rendimento no curso	34,7	51,0	14,3		26,9	65,4	7,7	

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

As mulheres de Camaçari se avaliaram, atribuindo conceitos ótimos e bons para as seguintes possibilidades:

- interesse nas temáticas abordadas (95,3%);
- participação nas aulas - atividades individuais e em grupo – (100 %);
- pontualidade (92,9%);
- aprendizado (100%);
- rendimento no curso( 97,6%).

No caso de Recife, o resultado foi o seguinte:

- Interesse nas temáticas abordadas (97,7% ) ;
- Participação nas aulas - atividades individuais e em grupo - (98,8%);
- Pontualidade (97,6%) ;
- Aprendizado (98,8%).
- Rendimento (97,6%)

O processo de autoestima desenvolvido no trabalho com as Mulheres da Paz fica evidenciado na autoavaliação do grupo. O “empoderamento” registrado em todas as falas também se faz sentir quando elas são indagadas sobre o aproveitamento no desenvolver do projeto.

Tabela 3: Autoavaliação - Mulheres da Paz

	Camaçari					Recife				
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssima
Seu interesse nas temáticas abordadas	39,3	52,4	7,1	1,2		54,8	42,9	2,4		
Sua participação nas aulas(atividades individuais e em grupo)	56,0	44,0				60,7	38,1	1,2		
Sua pontualidade	56,0	36,9	7,1			64,3	33,3	2,4		
Seu aprendizado	60,7	39,3				67,5	31,3	1,2		
Seu rendimento no curso	60,7	36,9	2,4			70,2	27,4	2,4		

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

#### g) Qualificação profissional dos jovens e mulheres dos projetos

Os jovens têm reclamado da inexistência, no PROTEJO, de alguns cursos que ajudem na profissionalização e na conquista de emprego. Embora haja um grande reconhecimento da importância do que foi ministrado pelos professores, há um sentimento de que, após o projeto, eles necessitam ter algo para não voltar para o mesmo tipo de vida anterior.

Em Sobral, o SINE (Sistema Nacional de Emprego) ajudou no encaminhamento dos jovens ao trabalho.

As Mulheres da Paz de Camaçari reivindicaram a possibilidade de aproveitamento do conhecimento obtido no projeto na vida da comunidade. O argumento central é o de que os problemas continuam existindo na comunidade, e elas estão aptas a intervir na solução dos problemas, portanto, nada justifica que não sejam apoiadas para isso ser feito institucionalmente.

Na cidade do Recife, as Mulheres da Paz já estão sendo aproveitadas em campanhas oficiais e em algumas atividades terceirizadas. Nas duas cidades, as Mulheres foram empoderadas e procuram ampliar o espaço de atuação na comunidade.

Eu acho que seria muito importante a gente ter condições de trabalhar quando terminasse o projeto (Informação verbal).(GP, JOVEM ).

Eu participo da Guarda Mirim, essa tem sido uma forma de conseguir aprender alguma coisa que me ajude depois no emprego (Informação verbal). (GP, JOVEM).

O projeto foi bom enquanto teve aula, mas depois nos não tivemos nem local para o curso. O que eu gostaria de ter era emprego (Informação verbal).( GP, JOVEM ).

Nos não deixamos de ser Mulher da Paz porque terminou o projeto. A questão é saber o fazer agora (Informação verbal). (GF MULHERES DA PAZ).

Eu acho que essa experiência aqui de Recife deveria ser copiada em todas as capitais que tem Mulheres da Paz (Informação verbal). (GF MULHERES DA PAZ).

As situações de emprego dos jovens do PROTEJO de Sobral e de Camaçari possuem a mesma característica e também se encontram de acordo com o item que reclama por maior qualificação profissional. Na cidade de Sobral, quase 70% dos jovens do PROTEJO não estão trabalhando e os de Camaçari estão com um índice um pouco maior.

No item que procura saber dos que estão trabalhando com carteira assinada, qual foi a contribuição do PROTEJO para a obtenção do atual emprego, existe uma diferença grande entre os jovens de Sobral dos que moram em Camaçari. No primeiro caso, a influência foi grande (81,3%) e no segundo caso foi bastante reduzida (33,3%).

Tabela 4: Situação de Emprego - Mulheres da Paz

	Recife (%)	Camaçari (%)
Não está trabalhando	66,7	81,0
Contrato sem carteira assinada	15,5	11,9
Contrato com carteira assinada	7,1	3,6
Emprego temporário	10,7	3,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

No caso das Mulheres da Paz, tanto em Camaçari quanto no Recife, a situação de emprego é mais grave do que a dos jovens. Nos dois casos, o percentual de mulheres sem trabalho é maior do que 70%, sendo que os índices de mulheres trabalhando com carteira assinada é alarmante: 3,6% em Camaçari e 7,1% no Recife.

Tabela 5: Situação de Emprego - Jovens do Protejo

	Sobral (%)	Camaçari (%)
Não está trabalhando	67,3	76,9
Contrato sem carteira assinada	8,2	15,4
Contrato com carteira assinada	18,4	7,7
Emprego temporário	6,1	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

A avaliação demonstra que, nas duas experiências, tanto em Camaçari quanto no Recife, as Mulheres da Paz foram se “empoderando” e passaram a atuar como verdadeiras agentes de mudanças na comunidade. A mudança foi ocorrendo não só como emancipação individual, na superação da dependência social e dominação política do grupo, como também pelo reconhecimento da própria comunidade.

As falas das mulheres entrevistadas e das gestoras foram unânimes em afirmar que o processo de qualificação foi importante para o desabrochar da consciência das participantes e que o resultado de tal acontecimento se fez sentir nas atividades diárias na comunidade: nas visitas domiciliares, informando os direitos da mulher, mediando conflitos familiares, buscando o Poder Público para resolver problemas do cotidiano e participando na organização de campanhas e eventos públicos envolvendo a comunidade.

Um dos aspectos destacado pelas mulheres nas suas falas é o fato do reconhecimento existente pela comunidade:

Ainda hoje nos procuram... (Informação verbal). (GF MULHERES DA PAZ).

Eu sou reconhecida como Mulher da Paz, não necessito da blusa para ser reconhecida... (Informação verbal). (GF MULHERES DA PAZ).

Tabela 6: Influência do PROTEJO para obter emprego - Jovens do Protejo

	Sobral	Camaçari
Sim	81,3	33,3
Não	18,8	66,7

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

## h) Participação e solidariedade

Os jovens do PROTEJO dos dois municípios avaliados possuem uma prática participativa muito baixa e, mesmo assim, voltada principalmente para atividades esportivas. O nível de associativismo no País é baixo e os jovens parecem não ter conseguido modificar tal situação, pois mesmo com trabalho educativo estimulante, não participam dos grêmios escolares, sindicatos, grupos de jovens, associação de moradores, ou formas outras associativas. As experiências vividas são muito individualizadas, portanto, muito mais sofridas, porque os problemas não são partilhados.

Havia muita cumplicidade entre os jovens, somente quando se conhece a vida deles é que se entende por que eles estão ali (Informação verbal). (PROFESSOR DO PROTEJO DE SOBRAL)

(...)os jovens relatavam muitos problemas que tinham para os professores individualmente pois eles se envergonham de falar na turma (Informação verbal). (JOVEM DO PROTEJO DE SOBRAL).

Eu não gosto muito desta história de associação . Eu prefiro conversar com os amigos na rua (Informação verbal). (JOVEM DO PROTEJO DE CAMAÇARI).

Os meus alunos não falam de nenhuma associação que estejam participando. Aliás, eu não sei nem se eles participam de alguma (Informação verbal). (JOVEM DO PROTEJO DE CAMAÇARI).

Eu não gosto de falar o que estou sentindo. Ninguém tem nada a ver com isso... Aliás, mesmo que eu quisesse falar não tinha com quem. (JOVEM DO PROTEJO DE CAMAÇARI).

Tabela 7: Participação -Jovens do Protejo

	Sobral (%)		Camaçari (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Participa de algum trabalho coletivo	10,2	89,8	3,8	96,2
É sócio de alguma associação ou sindicato	6,1	93,9	3,8	96,2
Participa de reuniões/encontros familiares	40,8	59,2	34,6	65,4
Expressa sua opinião em reuniões familiares/ no trabalho/outros	36,7	63,3	42,3	57,7
Participa na organização dos eventos sociais	22,4	77,6	23,1	76,9
Costuma realizar atividades esportivas	54,3	45,7	38,5	61,5
Participa de algum grupo/atividade cultural	11,4	88,6		100
Costuma assistir a eventos esportivos	48,6	51,4	30,8	69,2
Costuma assistir a eventos culturais	42,9	57,1	30,8	69,2

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

Diferentemente dos jovens que participam do PROTEJO, as Mulheres da Paz possuem outro perfil de sociabilidade, haja vista serem engajadas em movimentos do bairro e participarem em atividades sociais, culturais, esportivas e familiares. O único índice de participação reduzida é na atividade sindical e isso pode ser explicado pelo reduzidíssimo número de pessoas trabalhando com carteira assinada. Aliás, o índice de participação sindical é praticamente igual ao de mulheres empregadas.

Tabela 8: Participação - Mulheres da Paz

	Camaçari (%)		Recife (%)	
	Sim	Não	Sim	Não
Participa de algum trabalho coletivo	52,4	47,6	53,2	46,8
É sócio de alguma associação ou sindicato	5,0	95,0	5,3	94,7
Participa de reuniões/encontro familiares	61,7	38,3	66,2	33,8
Expressa sua opinião em reuniões familiares/no trabalho/outros	87,3	12,7	93,2	6,8
Participa de organização de eventos sociais	58,8	41,3	57,7	42,3
Costuma realizar atividades esportivas	25,8	74,2	39,7	60,3
Participa de algum grupo/atividade cultural	19,7	80,3	25,9	74,1
Costuma assistir a eventos esportivos	45,5	54,5	59,6	40,4
Costuma assistir a eventos culturais	78,1	21,9	87,9	12,1

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

### i) O que mudou depois do projeto

Respondendo a uma bateria de perguntas sobre o que mudou em Sobral depois do PROTEJO, os jovens afirmaram que, durante a realização do projeto, e logo após o seu término, a situação tinha melhorado, contudo o estado atual é diferente. O sentimento de quase a metade dos informantes (44,9%) sobre o nível de violência é que não existiu alteração; em 34,7%, é de que piorou e, somente 20,4% acreditam que houve melhora.

O sentimento com relação à circulação de drogas no bairro, em 42,9% dos casos, é que aumentou. Somente 14,3% acham que diminuiu.

No tocante ao medo da polícia, a maioria (63,3%) acha que não houve mudança, embora com relação à Guarda Municipal tenha havido 59% que acreditam ter melhorado o seu relacionamento com a comunidade. No caso da melhoria da imagem da Guarda Municipal, deve acontecer porque foi ela uma das responsáveis pela execução do PROTEJO.

Tabela 9: O que mudou depois do PROTEJO

O que mudou depois do Projeto	Sobral (%)			Camaçari (%)		
	Melhorou	Piorou	Sem alteração	Melhorou	Piorou	Sem alteração
A violência no seu bairro	20,4	34,7	44,9	30,8	38,5	30,8
O número de homicídios	16,3	32,7	51,0	11,5	50	38,5
Áreas do bairro onde as pessoas têm medo de frequentar por causa da violência	24,5	30,6	44,9	30,8	34,6	34,6
As notícias em jornais ou programas de tv e rádio sobre a violência no bairro	24,5	32,7	42,9	42,3	38,5	19,2
Medo da polícia	14,3	22,4	63,3	19,2	26,9	53,8
A opinião sobre a Guarda Municipal	59,2	4,1	36,7	50		50
A circulação de drogas no bairro	14,3	42,9	42,9	19,2	65,4	15,4
O número de jovens que estudam	61,2	16,3	22,4	76,9	11,5	11,5
O número de jovens que trabalham	51,0	18,4	30,6	34,6	46,2	19,2
A oferta de atividades de lazer no bairro	24,5	22,4	53,1	11,5	30,8	57,7
A oferta de atividades de cultura no bairro	32,7	18,4	49,0	23,1	23,1	53,8

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

O sentimento de mudança dos jovens de Camaçari não tem variação significativa com relação aos de Sobral. Em resposta ao mesmo tipo de questionário, 38,5% dos respondentes afirmaram que o nível de violência piorou. Sobre a circulação de drogas no bairro, 65,4% dizem acreditar que aumentou. Somente 14,3% acham que diminuiu.

No tocante ao medo da polícia, a metade dos informantes é da opinião de que nada mudou.

O mesmo questionário aplicado às Mulheres da Paz de Camaçari e Recife não teve resultado diferente relativamente à percepção delas sobre a violência. Em ambos os casos, as mulheres foram da opinião de que houve melhora na situação de segurança da comunidade.



Tabela 10: O que mudou depois do Mulheres da Paz

O que mudou depois do Projeto	Camaçari(%)			Recife (%)		
	Melhorou	Piorou	Sem alteração	Melhorou	Piorou	Sem alteração
A violência no bairro	64,3	23,8	11,9	60,7	16,7	22,6
O número de homicídios	61,3	15	23,8	55,4	14,5	30,1
Áreas do bairro onde as pessoas têm medo de frequentar por causa da violência	69,1	17,3	13,6	59,0	12,0	28,9
As notícias em jornais ou programas de tv e rádio sobre a violência no bairro	47	15,7	37,3	45,2	7,1	47,6
O medo da polícia	46,9	22,2	30,9	58,0	8,6	33,3
A opinião sobre a Guarda Municipal	50,6	8,4	41	49,4	4,8	45,8
A circulação de drogas no bairro	33,3	36,9	29,8	26,2	34,5	39,3
O número de jovens que estudam	67,1	18,3	14,6	73,8	7,1	19,0
O número de jovens que trabalham	72	14,6	13,4	65,5	9,5	25,0
A oferta de atividades de lazer no bairro	34,9	15,7	49,4	35,7	9,5	54,8
A oferta de atividades de cultura no bairro	37,3	13,3	49,4	40,5	7,1	52,4

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

#### j) Pontos positivos e negativos das experiências

Os jovens do PROTEJO, avaliando os aspectos positivos e negativos da experiência, foram da opinião, tanto em Sobral quanto em Camaçari, de que o aspecto mais importante do projeto foi a amizade dos professores com os alunos. O relevante de ser verificado é que essa relação professor-aluno retorna diversas vezes e de maneiras diferentes. O projeto apresentou algo que foi comum às três cidades, pois, mesmo respeitando as diferenças de encaminhamento no processo, o resultado da avaliação dos próprios jovens foi positivo com relação ao empenho e prática dos seus professores. Os grupos focais de professores e jovens apontam para as razões de tal fato: os esforços empreendidos pelos professores em acolher bem os jovens e o fato de estes jovens perceberem tal mudança no processo pedagógico.

O fato de os professores desenvolverem o tratamento personalizado, a garantia do respeito ao aluno, o reconhecimento da diversidade e não discriminação, o saber ouvir o que cada um tem a dizer, a identificação dos diversos saberes na sala de aula - são procedimentos que estabelecem o diferente entre jovens que vivem situações de risco e ou já saíram do sistema de ensino regular.

Um dos aspectos positivos de tal experiência foi a contratação de professores para a capacitação profissional de jovens e mulheres, não só pela sua formação acadêmica, mas também pela experiência em educação popular, não importando muito se tal experiência vem de organizações não governamentais, partidárias ou religiosas. Importa é que os profissionais saibam trabalhar com o povo, respeitar seus saberes, saber ouvir e não transformem a sala de aula em púlpito ou palanque, conforme a avaliação dos alunos.

Tabela 11: Jovens do Protejo de Sobral

Pontos Positivos do Projeto	%
<b>Os professores eram amigos dos alunos</b>	30,6
Adquirir conhecimento	14,3
Conteúdo ministrado nas salas de aula e oficinas	14,3
Nada, nenhuma alteração	14,3
Merenda	8,2
Sentia bem no PROTEJO	6,1
Outros	12,2
Total	100,0

Tabela 12: Jovens do Protejo de Camaçari

Pontos Positivos do Projeto	%
Os professores eram amigos dos alunos	26,9
Nada, nenhuma alteração	26,9
Conteúdo ministrado nas salas de aula e oficinas	11,5
Conhecer amigos	3,8
Outros	30,8
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

**k) Como aspecto negativo, fica registrada a distância da sede; portanto, uma questão que se refere à territorialização.**

Tabela 13: Jovens do Protejo de Sobral

Pontos Negativos do Projeto	%
Muito distante	21,1
Bolsas pagas com atraso	10,5
Lanche chegava atrasado	10,5
Nenhum	10,5
Curso foi muito curto	7,9
Falta de organização	7,9
Usavam drogas no curso (escondido)	7,9
Alguns queriam brigar no curso	5,3
Não qualificou para o mercado de trabalho	5,3
Falta de professores	2,6
Outros	10,5
Total	100,0

Tabela 14: Jovens do Protejo de Camaçari

Pontos Negativos do Projeto	%
Nenhum	23,8
Muito distante	19,0
Curso foi muito curto	9,5
Não qualificou para o mercado de trabalho	9,5
Alguns queriam brigar no curso	9,5
Falta de organização	4,8
Desvio de bolsas	14,3
Outros	9,5
total	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

As Mulheres da Paz que participaram das duas experiências salientaram como ponto positivo o combate à violência e, no caso do Recife, deram um destaque especial à produção de conhecimento.

Tabela 15: Mulheres da Paz de Camaçari

Pontos Positivos do Projeto	%
Combate contra a violência em geral, diminuição da violência	15,5
Voltar ao campo de trabalho	10,7
Combate contra as drogas	7,1
Acompanhamento e encaminhamentos das famílias aos órgãos	2,4
Orientar a família	2,4
Outros	61,9
Total	100,0

Tabela 16: Mulheres da Paz do Recife

Pontos Positivos do Projeto	%
Melhorou acesso da comunidade ao conhecimento	25,0
Combate contra a violência em geral, diminuição da violência	13,1
Ampliação dos próprios conhecimentos	13,1
Atuar com na comunidade	2,2
Orientar as famílias	2,4
Outros	44,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

Tabela 17: Mulheres da Paz de Camaçari

Pontos Negativos do Projeto	%
Deveria ter continuado	23,8
Espaço físico	17,9
Qualificou mas não aproveitou as mulheres	10,7
Tempo do projeto bastante limitado	8,3
Falta de apoio das autoridades	4,8
Outros	34,5
Total	100,0

Tabela 18: Mulheres da Paz do Recife

Pontos Negativos do Projeto	%
Deveria ter continuado	40,5
Qualificou mas não aproveitou as mulheres	8,3
Tempo do projeto bastante limitado	9,5
Espaço físico	8,3
Outros	33,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

## I) Descontinuidade dos projetos

A descontinuidade do projeto foi expressa como a causa negativa da execução dos dois projetos pelas Mulheres da Paz das duas cidades avaliadas. Nesse sentido, as manifestações contrárias à finalização das atividades e a defesa da continuidade ficaram registradas de formas diversas. As falas dos grupos focais registram tal posição e as respostas do survey indicam as razões de tal posicionamento.

E um absurdo esse projeto não continuar (Informação verbal).(PROFESSOR DO PROTEJO DE SOBRAL).

Eu não entendi por que o PROTEJO não teve continuidade. Ainda temos violência no bairro (Informação verbal). (JOVEM DO PROTEJO DE SOBRAL).

Por que o Mulheres da Paz não teve continuidade? O projeto era tão bom para comunidade (...) Claro, para mim também (Informação verbal). (JOVEM DO PROTEJO DE SOBRAL).

Estou esperando que o projeto continue aqui ou em outro lugar (Informação verbal). (JOVEM DO PROTEJO DE CAMAÇARI).

Agora é que estava bom de iniciar novo projeto. A gente aprendeu muita coisa com o primeiro (Informação verbal). (JOVEM DO PROTEJO DE CAMAÇARI).

Os jovens do PROTEJO destacam prioritariamente o fato de o projeto contribuir para que os jovens saiam das ruas.

Tabela 19: Razões para o Projeto Continuar - Jovens do Protejo

Razões para o Projeto Continuar	Sobral (%)	Camaçari (%)
Afasta os jovens das ruas	54,5	33,3
Por ter sido um bom projeto	13,6	-
Por gerar mais conhecimento	9,1	4,2
Tirar os jovens da criminalidade	4,5	8,3
Preencher o tempo e arranjar um emprego	-	12,5
Profissionalizar os jovens	-	12,5
Melhorar a segurança	-	12,5
Oportunidade dos jovens aprender e respeitar	-	8,3
Conhecer mais pessoas	-	4,2
Outros	18,2	4,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

As Mulheres da Paz destacam o aprendizado, o combate à violência e a necessidade de atuação na comunidade como justificativas para a continuidade do projeto.

Tabela 20: Razões para o Projeto Continuar -Mulheres da Paz

Razões para o Projeto Continuar	Camaçari (%)	Recife (%)
Aprendizado, conhecimento para as mulheres	25,0	26,2
Diminuição da violência	17,9	11,9
Desenvolver ações importantes para a comunidade	23,8	21,4
Outros	33,3	40,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Própria – 2013

Uma reclamação generalizada foi quanto à descontinuidade do projeto. As opiniões recorrentes são de que a experiência vinha sendo muito positiva: tinha que corrigir os seus erros e continuar. Nas falas, podem ser percebidos vários sentimentos - tristeza, revolta e decepção.

Analisando de forma distanciada, pode-se dizer que talvez tenha existido uma falha de execução do projeto, que não deixou claro para os jovens e as mulheres que a experiência era de um projeto e que, a exemplo de qualquer projeto, teria um início e um final. Pode-se ir mais além, no entanto, entendendo-se que ambos os projetos não foram criados para ser simplesmente projetos que terminam; mas para transformar territórios conflagrados dentro de uma política de segurança cidadã, complexa e composta de várias iniciativas. Muitas vezes, tanto as mulheres quanto os jovens, entendem que seu tempo de projeto encerrou. Quem, no entanto, serão os próximos beneficiados e como podem ajudar? A política precisa ter continuidade, mesmo com um projeto passando a beneficiar outros moradores da comunidade. A pergunta que aparece é: por que o projeto não vai mais ser executado neste território? Não é mais Território de Paz?

Assim, pode ser feito outro tipo de questionamento para o desenvolvimento dos próximos projetos: o que significa trabalhar durante um ano com um jovem e não criar as condições para que ele supere a sua situação de vulnerabilidade? O que significa uma mulher se capacitar como mediadora das questões sociais da sua comunidade e depois do final do projeto não dispor de tempo para exercitar aquilo para o qual foi formada?

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação dos projetos PROTEJO e Mulheres da Paz em municípios brasileiros atendeu a uma demanda das políticas públicas de segurança que procuram sistematizar as diversas experiências de prevenção ao crime e à violência no geral. Uma das características das políticas públicas é satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos agentes sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articulam os apoios necessários. (RUA, 1998, p.03).

As elevadas taxas de violência trazem para a agenda política e social o tema da segurança pública e a formulação de propostas mais democráticas, voltadas para a prevenção, com maior protagonismo das comunidades, e uma ação de polícia que compatibilize eficiência com respeito aos direitos humanos.

A proposta de avaliar esses dois projetos como experiências no âmbito do trabalho preventivo de uma Política de Segurança Pública revestiu-se de importância, porque foi uma oportunidade de conhecer experiências diferenciadas realizadas, refletir sobre os projetos, apontar caminhos e corrigir rumos em práticas que estão sendo implementadas em outras unidades federativas.

Assim, ainda que estes projetos hoje se articulem de forma diferente do que ocorria na época, quando vinculados ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI, e tenham se tornado um só na proposição dos editais atuais da SENASP/MJ, mesmo assim, guardam todos os elementos propostos na sua formulação inicial, de forma que sua avaliação deve alcançar qualificação para os projetos em curso.

É preciso dizer, no entanto, que o fato de a avaliação não ter sido pensada como etapa do próprio processo de execução trouxe prejuízos para os seus resultados. A inexistência de dados produzidos previamente com qualidade e confiabilidade impede hoje que se realize um estudo de impacto com metodologia quase experimental com grupos de controle e em condições de isolar as variáveis capazes de interferir nos territórios estudados.

Embora reconhecendo as dificuldades de uma avaliação na área da segurança pública, em função da diversidade de variáveis que interferem no espaço analisado, e ante a impossibilidade de isolar o que é resultado de uma intervenção quando inúmeros projetos estão simultaneamente interferindo no seu objeto de estudo, o trabalho foi realizado dando voz aos diversos agentes desse processo, sendo este o seu principal mérito: a escuta qualificada de cada grupo beneficiado, gestores e docentes envolvidos.

O estudo veio apontar, ainda, o fato de que, ao definir a área na qual vão ser desenvolvidos os novos projetos, a sua delimitação deve levar em conta não só os índices estatísticos, mas também o conhecimento das múltiplas variáveis que dão especificidade a tal espaço. A identificação do território deve ser feita de tal forma que permita identificar, por meio de visitas e reuniões, as barreiras geográficas, áreas de risco, equipamentos sociais públicos ou privados, organizações não governamentais, empresas, espaços de lazer que atuam e poderão interferir no trabalho. O território deverá ser definido tendo por base a compreensão de que tal delimitação não é estática, portanto, está em permanente movimento. A dimensão do território deve estar intimamente ligada ao tamanho da intervenção proposta. O impacto do PROTEJO e Mulheres da Paz em determinada área vai ter que relacionar o número de jovens e de mulheres com o tamanho da população que vai ser atingida, a natureza dos problemas existentes, a infraestrutura urbana disponível e mobilizada para melhorar o território, a presença policial na área e a quantidade de profissionais que atuam nas mais diferentes experiências, fazendo-se a interlocução dos poderes e da política pública com a comunidade residente e participante daquele território.

O fato de a avaliação ter tido dificuldade de trabalhar com dados que permitissem um estudo de impacto sob o Território de Paz deve alertar para a necessidade de elaboração de diagnóstico, desde o momento em que for definida a área de atuação dos projetos para permitir que seja feita uma radiografia do que é possível ser percebido como característica inicial do Território de Paz; construídas suas “Linhas de Base”, metas e indicadores a serem alcançados; e acompanhados, fazendo a troca com a comunidade envolvida, alterando os elementos problemáticos e agregando novas formas de trabalho e metodologias e ainda novas metas e indicadores, tornando dinâmica a gestão dos projetos e do Território, integrando ainda gestores das diversas políticas sociais na execução deste, que é um plano de segurança preventiva e cidadã.

O trabalho com jovens e mulheres no PROTEJO e Mulheres da Paz aponta para a necessidade de um debate em torno do processo pedagógico que alimenta a própria intervenção. Mais importante do que o acompanhamento administrativo da experiência é a reflexão em torno dos avanços e possibilidades de transformação social no contexto do território escolhido. As mudanças comportamentais são difíceis de mensurar em curto espaço de tempo. Isto traz, por conseguinte, a necessidade de avaliações qualitativas mais profundas.

Nesse caso, o desafio foi saber em que medida tais projetos influíram na redução do crime, da violência e de seu impacto sobre as pessoas e a sociedade, ou seja, investigou se o trabalho desenvolvido reduziu a vulnerabilidade e aumentou a resiliência dos moradores do Território.

Como salientado em diversos momentos, o estudo tomou por base a opinião dos diversos atores do processo. O *survey*, as entrevistas e os grupos focais procuraram identificar na fala dos atores da experiência pedagógica e no contexto de tal limitação os seus aspectos positivos e negativos.

O que ficou registrado foi a importância dos projetos para tornar os jovens menos suscetíveis ao envolvimento com o crime e a violência, diminuindo a possibilidade

de “vitimização”. Nesse sentido, as falas indicam que, durante as experiências, tanto aconteceram mudanças individuais quanto coletivas, entendendo-se as mudanças coletivas não só do grupo, mas também de setores importantes da comunidade em contato com os projetos.

O depoimento de jovens, mães e professoras falando do que eram os seus filhos e alunos, antes do projeto e depois da experiência, pode significar algo relevante para análise dos resultados. No mesmo sentido, as críticas generalizadas com relação à forma de encaminhamento final do PROTEJO em Camaçari indicam como algo negativo. Os dados mais concretos com relação aos seus aspectos positivos se referem ao afastamento do uso das drogas, a continuidade nos estudos e o ingresso no mundo do trabalho.

No caso das mulheres, só o fato de elas mesmas passarem a identificar o que é a violência doméstica, antes naturalizada na vida cotidiana dos casais, já implicou mudanças na relação homem – mulher na comunidade, nas suas vidas diretamente e sobre aquelas que puderam ser identificadas e trabalhadas. Neste sentido, há relatos importantes de um e de outro casos.

O depoimento das mulheres dizendo da importância da qualificação para suas vidas, da forma como passaram a lidar com a violência em suas casas, como socializaram o processo de conhecimento dos direitos e de como passaram a fazer uso da Lei Maria da Penha significa importante elemento de validação do projeto.

Embora os homens não tenham sido ouvidos em tal avaliação, todas as falas foram no sentido de dizer que, em muitos casos de violência doméstica, ela foi amenizada, ou até suprimida, em decorrência da mediação das Mulheres da Paz.

O processo avaliativo não vai ser capaz de indicar de forma objetiva a causalidade entre o projeto e as relações sociais no interior da comunidade. O fato de as Mulheres da Paz, contudo, estarem próximas da administração municipal, e terem se transformado em ponto de referência para qualquer ação comunitária, indica que elas desempenharam e ainda desempenham um forte papel como agentes de mudança na comunidade.

A experiência de Camaçari alertou para um problema que pode estar ocorrendo na execução dos projetos em diversas experiências, que é o da falta de planejamento conjunto nas diversas esferas de poder. O fato de a Prefeitura não haver trabalhado em conjunto com o Estado trouxe prejuízos para a execução dos dois projetos e de seus públicos no PROTEJO e Mulheres da Paz. O fato ocorrido na Bahia é emblemático da dificuldade nesta integração, mesmo numa situação em que os dois poderes estavam sendo governados pelo mesmo partido político. Não tendo sido trabalhados para realizar a integração e a gestão conjunta da redução da violência em um mesmo território, resta claro que isto não ocorrerá naturalmente e apenas pela manutenção de boas e cordiais relações. Por este motivo, entende-se a necessidade mais ampla prevista no Programa, inclusive na realização sistemática de encontros, troca, debate e superação, envolvendo o Estado e o Município, bem como o Governo Federal, o Poder Judiciário e outras instâncias decisivas de participação e gestão integrada de conflitos, como os conselhos municipais, estaduais, de direitos, tutelares, entre outros, por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-M.

Por outro lado, observa-se também que é aleatória a aprovação de um mesmo projeto para execução por um estado e por um município, deixando claro que este pode ser mais um fator de piora nas relações institucionais do que de agregação. Delegando o projeto a um ente, o outro não se encarrega, e a recíproca é verdadeira. Há insatisfações de ambos os poderes quando a execução das políticas fica ao encargo de um governo de Estado, por exemplo, e outras políticas de atenção a jovens são executadas em um município, sem interlocução da política no plano local. O Território corre o risco de ser gerido à parte, menosprezando-se a força de uma política setorial. É claro que ambos perdem, mas, principalmente, o público que deixa de ser beneficiado.

A intersectorialidade também é fundamental para o bom resultado do trabalho preventivo na área da segurança pública. A falta de articulação entre o projeto e as secretarias de Governo sentida pelas Mulheres da Paz de Camaçari representa os malefícios de um trabalho segmentado na comunidade. Quando existe um grande consenso de que o trabalho de Segurança Pública não é somente investir em Polícia, não pode ser aceito que os segmentos voltados para educação, saúde, assistência, infraestrutura urbana e outros não estejam articulados em uma mesma proposta, entendendo que se trata de uma política a ser instalada e não mais alguns projetos a serem executados.

As Mulheres da Paz, tanto no Recife como em Camaçari, reivindicam maior integração entre as secretarias e sua ação como agentes sociais que fazem tal mediação. Sentiam-se pouco valorizadas quando de encaminhamentos importantes feitos e nenhum retorno efetivo das secretarias obtinham, parecendo que não havia de fato uma representatividade de agentes sociais a que se propunha o projeto. Faziam esforços importantes e eram pouco valorizadas pelos agentes dos equipamentos sociais. As questões foram apresentadas como tendo sido presentes no período de execução do projeto, como também no atual momento. Muitas se indagam: antes eu era conhecida como Mulher da Paz, hoje não sou mais?

Fez parte da avaliação também a possibilidade de obterem continuidade em sua ação, como efeito da participação no projeto. Uma experiência que pode ser replicada em outros estados é desenvolvida no Governo de Pernambuco. As Mulheres da Paz são convocadas para participar das campanhas sociais e também são aproveitadas como terceirizadas em algumas atividades públicas. Isto significa reconhecimento, ampliação de oportunidades e retorno concreto do projeto. Existem contratações temporárias, e mesmo permanentes, de serviços terceiros nos governos estaduais e municipais. O compromisso de um órgão público que recebe recursos federais com esta prática não é pouco significativo e representa para as mulheres em ação a possibilidade, inclusive, de colocar em prática conhecimentos e vivências adquiridas no projeto. O fomento da geração de trabalho e renda é perseguido pelo Governo em suas políticas de desenvolvimento econômico e a possibilidade de trabalho é fator de redução da violência reconhecido pelos estudos mais atuais. Não se trata de um objetivo de empregar todos os participantes, mas um compromisso com a continuidade e com a viabilização das transformações sociais iniciadas com os projetos.

No final existe uma grande indagação: o Território se tornou menos violento? A resposta tendeu a ser de que o projeto reduziu de forma importante a violência no



período que estava acontecendo, mas que, no momento posterior, o nível de violência aumentou. Algumas questões podem estar relacionadas com tais entendimentos: a polícia se fazia mais presente no Território durante a execução do projeto; jovens e mulheres estavam mais presentes na vida da comunidade falando de pacificação e de opções institucionalizadas para superação de problemas; a presença da droga era menor do que atualmente ou era ante a mobilização social em curso; outros projetos foram concluídos e, mais uma vez, reduziram-se as opções para jovens e mulheres. Enfim, o processo parou de ser alimentado dentro do Território, entre outros fatores que interferem no dia a dia do Território.

Os dados indicam que, do ponto de vista individual dos participantes dos projetos, e daqueles que foram atingidos diretamente pela ação do PROTEJO ou Mulheres da Paz (familiares, vizinhos, amigos e outros), o resultado foi muito positivo. Ainda, no entanto, foi pequeno para conseguir transformações em Territórios superdimensionados para a natureza das intervenções. Não há estudos que correlacionam o tamanho do Território e o número de vagas oferecidas, mecanismo básico de oferta de políticas públicas em espaços públicos, ainda mais se tratando de uma intervenção integrada em um território para a redução da violência.

Os dois projetos, PROTEJO e Mulheres da Paz, no entanto, demonstraram a possibilidade de uma política de prevenção na área da segurança, apontando como o Ministério da Justiça está no caminho certo. Ambos tiveram problemas na execução, contudo, são muito bem avaliados em vários quesitos, demonstrando que abriram um conjunto de possibilidades para uma implementação com melhores resultados.

A riqueza do processo avaliativo se encontra menos no que foi capaz de indicar na quantificação do seu impacto no combate à violência e muito mais no que expressa como possíveis opções de correção de rumo e possibilidades para reflexão.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely Souza. **Femicídio, algemas (in) visíveis do público- privado**. Rio de Janeiro. REVINTER, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Sistema Único de Segurança Pública**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. **Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº11.530. de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm)

Brasil. **Plano Plurianual 2008-2011**. Ministério do Planejamento. Disponível em [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano\\_plurianual/PPA/081015\\_PPA\\_2008\\_mesPres.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/PPA/081015_PPA_2008_mesPres.pdf)

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FROTA, F.H.S. – *Pobres, jovens e negros: algozes ou vítimas da violência?* In: **O público e o privado**, nº20, Fortaleza, Ed Uece, 2012.

RUA, Maria das Graças. *Análise das políticas públicas: conceitos básicos* In: Rua, Maria das Graças; VALDAO, Maria Izabel. **O Estado da Política**: Temas Seleccionados. Brasília, Paralelo 15, 1998.

SAFFIOTTI, Heleieth, **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Maria Julieta Nunes e COMPANS, Rose. Espaços Urbanos Seguros: A temática da segurança no desenho da cidade. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Artigo. R. B. **Estudos Urbanos e Regionais** V. 11, N. 1 / MAIO 2009. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/download/207/191>.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Política de segurança pública: grandes desafios. **Carta Capital**, São Paulo, 18 jul. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/politica-de-seguranca-publica-grandes-desafios>.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WASELFIS, J.J. **Mapa da Violência**. Homicídios e Juventude no Brasil. Brasília: 2013.